

O ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM) COMO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INSERT TITLE (IN ENGLISH)

THE MUNICIPAL MANAGEMENT EFFECTIVENESS INDEX (IEGM) AS A DRIVER OF PUBLIC POLICY

EL ÍNDICE DE EFECTIVIDAD DE LA GESTIÓN MUNICIPAL (IEGM) COMO INDUCTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) tem sido utilizado como ferramenta de avaliação das administrações locais, mas sua capacidade de atuar como indutor de políticas públicas ainda carece de análise mais aprofundada. Este artigo investiga, por meio de pesquisa qualitativa e análise documental de manuais técnicos, relatórios consolidados e literatura acadêmica produzida entre 2014 e 2025, quais fatores condicionam o uso do índice como instrumento de indução. Os resultados evidenciam que o IEGM possui robustez metodológica e relevância como ferramenta diagnóstica, favorecendo comparações intermunicipais e temporais, além de estimular ajustes institucionais em alguns contextos. Contudo, sua efetividade como indutor é limitada pela ausência de integração aos instrumentos de planejamento, pela carência de capacidade técnica em muitas administrações municipais e pela descontinuidade administrativa. Conclui-se que o índice apresenta potencial significativo para induzir políticas públicas, mas sua plena realização depende de arranjos institucionais, técnicos e políticos que assegurem a conversão dos diagnósticos em decisões concretas e sustentáveis.

Palavras-chave: políticas públicas; gestão municipal; avaliação; IEGM; controle externo.

ABSTRACT

¹ Renato Alexandrino Monteiro dos Santos é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), pós-graduado em Contabilidade Pública pela Faculdade Única de Ipatinga e mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

The Municipal Management Effectiveness Index (IEGM) has been applied as a tool to assess local administrations, yet its ability to act as a driver of public policies requires further analysis. This article investigates, through a qualitative approach and documentary analysis of technical manuals, consolidated reports, and academic literature produced between 2014 and 2025, the factors that condition the index's use as a policy-inducing instrument. The findings show that the IEGM has methodological robustness and relevance as a diagnostic tool, enabling inter-municipal and temporal comparisons and encouraging institutional adjustments in certain contexts. However, its effectiveness as a driver is limited by the lack of integration with planning instruments, the shortage of technical capacity in many municipalities, and administrative discontinuity. It is concluded that the index has significant potential to foster public policies, but its full realization depends on institutional, technical, and political arrangements capable of turning diagnoses into concrete and sustainable decisions.

Keywords: public policies; municipal management; evaluation; IEGM; external control.

RESUMEN

El Índice de Efectividad de la Gestión Municipal (IEGM) se ha utilizado como herramienta de evaluación de las administraciones locales, pero su capacidad de actuar como inductor de políticas públicas aún requiere un análisis más profundo. Este artículo investiga, a través de un enfoque cualitativo y del análisis documental de manuales técnicos, informes consolidados y literatura académica producida entre 2014 y 2025, los factores que condicionan el uso del índice como instrumento de inducción. Los resultados muestran que el IEGM posee solidez metodológica y relevancia como herramienta diagnóstica, permitiendo comparaciones intermunicipales y temporales, además de estimular ajustes institucionales en algunos contextos. No obstante, su efectividad como inductor está limitada por la falta de integración con los instrumentos de planificación, la escasa capacidad técnica en muchas administraciones municipales y la discontinuidad administrativa. Se concluye que el índice tiene un potencial significativo para inducir políticas públicas, pero su plena realización depende de arreglos institucionales, técnicos y políticos que aseguren la conversión de los diagnósticos en decisiones concretas y sostenibles.

Palabras clave: políticas públicas; gestión municipal; evaluación; IEGM; control externo.

1 INTRODUÇÃO

O campo das Políticas Públicas tem se consolidado como área de conhecimento dedicada a compreender como governos definem prioridades, alocam recursos e implementam ações voltadas ao atendimento das demandas coletivas. Nesse contexto, os instrumentos de mensuração de desempenho e efetividade ganham papel central, pois fornecem evidências capazes de subsidiar tanto a formulação quanto a execução e a avaliação de programas governamentais (Souza, 2006; Capella, 2020).

A necessidade de avaliar políticas públicas intensificou-se no cenário contemporâneo, marcado por crescentes demandas sociais, restrições fiscais e exigências de transparência e participação cidadã. No Brasil, a descentralização administrativa promovida pela Constituição de 1988 atribuiu protagonismo aos municípios na provisão de serviços essenciais, aumentando a relevância de instrumentos capazes de aferir a qualidade e a efetividade da gestão local (Brasil; Capella, 2014). Nesse contexto, indicadores de desempenho assumem relevância porque sintetizam informações que permitem diagnósticos mais precisos e facilitam a comparação entre diferentes entes federativos e períodos históricos.

Entre esses instrumentos, destaca-se o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), concebido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em parceria com os Tribunais de Contas estaduais. Criado para aferir a efetividade das políticas e práticas administrativas por meio de sete dimensões temáticas — educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção dos cidadãos e governança em tecnologia da informação —, o IEGM busca medir o grau de aderência da gestão municipal a parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade (IRB, 2025; TCE-MG, 2023). Assim, mais do que uma ferramenta de diagnóstico, o índice apresenta

potencial para orientar agendas públicas e induzir ajustes institucionais, desde que seus resultados sejam efetivamente incorporados ao ciclo de planejamento.

Apesar da relevância do tema, a literatura ainda apresenta lacunas quanto ao efetivo uso do IEGM como indutor de políticas públicas. Parte dos estudos reconhece sua importância para dar visibilidade a problemas e para apoiar a formulação de prioridades (Capella, 2020; Araujo et al., 2021); entretanto, outros trabalhos evidenciam barreiras relacionadas à frágil integração com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), às limitações de capacidade técnica para interpretar e aplicar os resultados e à descontinuidade política, que compromete a institucionalização do uso do índice (Silva, 2024; Rodrigues, 2022; Miranda; Miranda, 2025).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: **quais são os principais desafios institucionais, técnicos e políticos que condicionam o uso do IEGM como indutor de políticas públicas nos municípios brasileiros?**

O objetivo central é analisar em que medida o IEGM atua como instrumento de indução de políticas públicas, investigando seu desenho metodológico, sua utilização por órgãos de controle e gestores municipais e as condições que favorecem ou limitam sua capacidade de influenciar decisões estratégicas. Parte-se do pressuposto de que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas também da existência de mecanismos de avaliação institucionalizados, que permitam diagnosticar resultados, corrigir falhas e orientar o aprimoramento contínuo da gestão.

A contribuição do estudo reside em sistematizar evidências recentes sobre o uso do IEGM, discutindo suas potencialidades e limites como ferramenta de governança municipal. Ao fazê-lo, o artigo pretende colaborar com o debate acadêmico e institucional acerca da efetividade de indicadores públicos, fornecendo subsídios tanto para o aprimoramento do índice quanto para sua utilização estratégica por parte dos municípios e órgãos de controle.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo das políticas públicas tem como uma de suas principais preocupações compreender como determinados problemas são reconhecidos como relevantes, como soluções são formuladas e em que condições institucionais e políticas tais soluções são efetivamente incorporadas à agenda governamental (Souza, 2006). Entre as abordagens mais influentes para esse entendimento, destaca-se a teoria dos múltiplos fluxos, de Kingdon, amplamente discutida por Capella (2020). Essa teoria propõe que mudanças significativas ocorrem quando três fluxos — o dos problemas, o das soluções e o da política — convergem, abrindo o que o autor denomina “janela de oportunidade” para a ação governamental.

Nessa perspectiva, os indicadores de desempenho podem atuar como elementos centrais do fluxo de problemas, uma vez que conferem visibilidade a falhas, insuficiências e lacunas das políticas públicas. Ao traduzirem fenômenos complexos em métricas padronizadas, tornam-se instrumentos de persuasão na disputa por prioridades e na definição de soluções (Brasil; Capella, 2014). Quando institucionalizados e amplamente divulgados, aumentam a pressão política e social por mudanças, desempenhando também um papel normativo, ao induzir gestores a adequarem suas práticas a parâmetros pré-definidos de qualidade e efetividade.

A literatura aponta que indicadores não são neutros: sua construção metodológica, seus critérios de classificação e as escolhas sobre as dimensões contempladas carregam implicações sobre a agenda de políticas públicas. Secchi (2013) e Peters (2019) argumentam que a incorporação de métricas de desempenho aos processos decisórios fortalece a *accountability*, ao mesmo tempo em que favorece uma gestão mais responsiva. No entanto, essa potencialidade está condicionada à qualidade dos dados, à abrangência das informações coletadas e à capacidade institucional de utilizá-los de maneira estratégica (Silva, 2024).

Em contextos descentralizados como o brasileiro, os indicadores multidimensionais ganham ainda maior relevância, pois permitem avaliar não apenas os aspectos financeiros da gestão, mas também dimensões qualitativas, como o

alinhamento das políticas a metas sociais, ambientais e de governança. Estudos como os de Araujo et al. (2021) e Aguiar et al. (2020) destacam que a utilização de indicadores abrangentes promove uma gestão mais integrada, com maior possibilidade de correção de rumos e de formulação de estratégias intersetoriais. Contudo, esses mesmos autores alertam que a efetividade dos indicadores depende da vinculação de seus resultados aos instrumentos formais de planejamento — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando essa integração é frágil, corre-se o risco de que os indicadores permaneçam meramente ilustrativos, com pouco impacto prático sobre as políticas públicas.

Miranda e Miranda (2025) reforçam esse ponto ao demonstrar que o efeito dos indicadores sobre a performance da gestão varia de acordo com o setor analisado. Áreas como saúde, por apresentarem respostas mais imediatas a incrementos de investimento e melhorias de gestão, tendem a refletir mais rapidamente avanços nos indicadores. Por outro lado, setores como educação e meio ambiente exigem políticas de longo prazo, consistentes e persistentes, para que mudanças estruturais sejam consolidadas e mensuradas.

Entre os instrumentos de avaliação atualmente empregados no Brasil, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) tem se destacado por sua abrangência temática e padronização metodológica (IRB, 2025; TCE-MG, 2023; TCE-PI, 2022). Diferentemente de métricas puramente financeiras, o IEGM combina dados primários e secundários, validados por Tribunais de Contas, abrangendo dimensões que vão desde a provisão de serviços básicos até a governança em tecnologia da informação. Essa característica confere ao índice um potencial singular: além de avaliar a aderência da gestão a parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, oferece condições para induzir mudanças administrativas e orientar políticas públicas em nível local (Araujo et al., 2021).

Dessa forma, a literatura analisada permite afirmar que a importância do IEGM não reside apenas em sua função diagnóstica. Sua efetividade como instrumento de

governança municipal depende da capacidade institucional e política de transformar os diagnósticos gerados em ações concretas. Para que isso ocorra, três condições são fundamentais: a integração de seus resultados aos ciclos formais de planejamento; a existência de capacidade técnica para interpretação e uso dos dados; e a continuidade administrativa necessária à implementação das mudanças identificadas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada na análise documental. Essa opção metodológica é adequada à natureza do objeto de estudo, uma vez que se busca compreender como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) tem sido concebido, utilizado e discutido em nível institucional e acadêmico.

A análise documental, enquanto técnica de investigação, possibilita examinar registros oficiais, relatórios técnicos e publicações acadêmicas, permitindo identificar padrões, lacunas e tendências a partir de fontes já existentes (Cellard, 2008). Essa estratégia mostra-se apropriada porque permite sistematizar evidências sobre a função diagnóstica e o potencial indutor do IEGM, sem recorrer à coleta de dados primários em campo.

As fontes documentais consideradas no estudo foram organizadas em três categorias principais. A primeira corresponde aos manuais técnicos e normativos elaborados pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e por Tribunais de Contas estaduais, que detalham a concepção, as dimensões avaliadas e os critérios de mensuração do IEGM. A segunda categoria contempla os relatórios consolidados de resultados, produzidos pelos Tribunais de Contas em parceria com o IRB, que apresentam a aplicação prática do índice nos municípios e permitem observar padrões de desempenho. Por fim, a terceira categoria refere-se à literatura acadêmica e técnica, composta por artigos científicos, dissertações e relatórios de pesquisa publicados

entre 2014 e 2025, período que corresponde à criação, consolidação e mais recente atualização metodológica do índice.

Foram excluídos documentos sem autoria definida, sem data de publicação ou de caráter opinativo, sem respaldo metodológico ou institucional. A seleção do corpus buscou contemplar tanto a dimensão institucional, expressa nos manuais e relatórios, quanto a dimensão analítica, representada pela literatura acadêmica, assegurando uma visão abrangente do tema.

O procedimento analítico foi desenvolvido em três etapas complementares. A primeira consistiu no levantamento e sistematização das fontes, incluindo documentos institucionais e acadêmicos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral e categorização das informações em quatro eixos analíticos: fundamentos e concepção do IEGM; função diagnóstica; uso para formulação de políticas públicas; e limitações institucionais e políticas. Por fim, realizou-se a integração e a triangulação dos achados, comparando as informações provenientes das diferentes categorias de fontes, de modo a identificar convergências, divergências e lacunas no uso do IEGM.

Reconhece-se, como limitação metodológica, o fato de a pesquisa se apoiar exclusivamente em fontes documentais. Esse desenho não permite captar percepções diretas de gestores, atores políticos ou representantes da sociedade civil, restringindo a análise ao que está registrado em documentos oficiais e na literatura. Ainda assim, o método adotado é adequado para os propósitos do artigo, uma vez que busca sistematizar e interpretar criticamente as evidências já disponíveis sobre o IEGM.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 O IEGM E SUA ESTRUTURA METODOLÓGICA

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi desenvolvido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em parceria com os Tribunais de Contas estaduais, como um instrumento de aferição da efetividade das políticas públicas municipais. Seu desenho metodológico abrange sete dimensões: educação, saúde, planejamento,

gestão fiscal, meio ambiente, proteção dos cidadãos e governança em tecnologia da informação. Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, mensurados por meio de questionários aplicados às administrações municipais e validados pelos Tribunais de Contas.

A mensuração do índice segue critérios padronizados, que permitem tanto a análise comparativa entre municípios quanto o acompanhamento da evolução de cada ente ao longo do tempo. Os resultados são expressos em faixas de classificação, que variam de “muito baixo” a “muito efetivo”. Os quadros a seguir apresentam as dimensões, os pesos atribuídos e as faixas de classificação, conforme os manuais técnicos do IRB e dos Tribunais de Contas estaduais.

Quadro 1 – Índices temáticos do IEGM

Dimensão	Objeto de análise	Fonte
i-Educ	Ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal	Quesitos específicos relativos à educação infantil, creches, pré-escolas e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e informações retiradas do Censo Escolar.
i-Saúde	Ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal	Quesitos específicos voltados à Atenção Primária à Saúde.
i-Planej	Comparação entre planejamento e execução	Quesitos específicos sobre o Planejamento.
i-Fiscal	Execução financeira e orçamentária; manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.	Quesitos específicos da Gestão Fiscal.
i-Cidade	Ações do município de prevenção e enfrentamento de sinistros e desastres.	Quesitos específicos sobre medidas de proteção e interrelacionamento com outros órgãos de suporte.
i-Amb	Ações sobre o Meio Ambiente	Quesitos específicos de meio ambiente.
i-GovTI	Uso dos recursos de Tecnologia da Informação	Quesitos sobre o uso dos recursos de Tecnologia da Informação.

Fonte: Adaptado do Manual Nacional IEGM Brasil, 2025.

A estrutura do índice também define pesos relativos para cada dimensão, conforme apresentado no Quadro 2. Esses pesos foram concebidos de forma a refletir a relevância de cada área para a efetividade global da gestão municipal, assegurando equilíbrio entre funções-meio e funções-fim.

Quadro 2 – Peso por dimensões do IEGM

Dimensão	Peso
i-Cidade	5%
i-GovTI	5%
i-Amb	10%
i-Fiscal	20%
i-Planej	20%
i-Saúde	20%
i-Educ	20%

Fonte: Adaptado do Manual Nacional IEGM Brasil, 2025.

O resultado final do índice é expresso em faixas de classificação, indicadas no Quadro 3, que variam de “Altamente efetiva” a “Baixo nível de adequação”. Essa classificação possibilita comparações entre municípios e monitoramento da evolução de seu desempenho ao longo do tempo.

Quadro 3 – Faixas de resultado do IEGM

Notas	CrITÉrios	Descrição
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A	Altamente efetiva
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima	Muito efetiva
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima	Efetiva
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima	Em fase de adequação
C	IEGM menor ou igual a 49,99%	Baixo nível de adequação

Fonte: Adaptado do Manual Nacional IEGM Brasil, 2025.

4.2 POTENCIAIS IDENTIFICADOS

A análise documental revelou que o IEGM proporciona uma visão abrangente da gestão municipal, permitindo comparações horizontais e temporais. Relatórios de Tribunais de Contas mostram que, em alguns estados, os resultados do índice têm sido utilizados como subsídio para a elaboração de planos setoriais, sobretudo em saúde e educação (TCE-PI, 2022).

Estudos acadêmicos, como os de Araujo et al. (2021), identificam que municípios com melhores desempenhos no índice tendem a apresentar maior coerência entre planejamento e execução orçamentária. Esse achado sugere que o IEGM, quando considerado de forma sistemática, pode funcionar como vetor de indução de ajustes institucionais, favorecendo uma gestão mais responsiva e orientada a resultados.

Outro aspecto relevante é a capacidade do índice de estimular uma competição saudável entre os entes municipais, já que permite comparações públicas e transparentes (IRB, 2025). Isso cria incentivos para que administrações busquem aprimorar continuamente seu desempenho.

4.3 DESAFIOS INSTITUCIONAIS, TÉCNICOS E POLÍTICOS

Apesar dos potenciais, o estudo identificou barreiras que dificultam a utilização do IEGM como indutor de políticas públicas. Entre os desafios institucionais e técnicos, destacam-se a ausência de institucionalização do índice nos processos de planejamento e a carência de capacidade técnica em muitas administrações municipais para interpretar e aplicar os resultados. Soma-se a isso a divulgação tardia de relatórios, que reduz a utilidade do índice como insumo para decisões tempestivas (Silva, 2024; Rodrigues, 2022).

Já entre os desafios políticos, sobressaem a descontinuidade administrativa e a instabilidade de prioridades a cada ciclo eleitoral, fatores que comprometem a consistência do uso do IEGM como ferramenta estratégica. Enquanto setores como saúde tendem a responder mais rapidamente às evidências do índice, áreas como

educação e meio ambiente dependem de políticas de longo prazo, fortemente impactadas por mudanças de governo (Miranda; Miranda, 2025).

4.4 DISCUSSÃO À LUZ DA TEORIA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

Os achados podem ser compreendidos à luz da teoria dos múltiplos fluxos, de Kingdon, segundo a qual mudanças significativas em políticas públicas ocorrem quando há alinhamento entre os fluxos de problemas, soluções e política (Capella, 2020). O IEGM contribui principalmente para o fluxo de problemas, ao dar visibilidade a falhas e insuficiências da gestão municipal. Ele também oferece subsídios para o fluxo de soluções, ao indicar áreas críticas que demandam intervenção.

No entanto, a efetividade do índice como indutor de políticas depende da convergência com o fluxo político. Sem apoio institucional, capacidade técnica consolidada e continuidade administrativa, os diagnósticos produzidos pelo IEGM dificilmente se convertem em políticas efetivas. Assim, ainda que possua inegável relevância como instrumento de avaliação e transparência, o índice corre o risco de permanecer restrito à função diagnóstica, sem cumprir plenamente seu papel de indutor de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), como indutor de políticas públicas, permanece condicionada a um conjunto de desafios que extrapolam sua robustez metodológica. A análise documental evidenciou que, embora o índice forneça diagnósticos abrangentes sobre a qualidade da gestão municipal e já seja empregado em alguns contextos como subsídio ao planejamento setorial, sua conversão em políticas concretas é limitada por barreiras institucionais, técnicas e políticas.

Constatou-se que o IEGM cumpre com rigor sua função de avaliação, oferecendo parâmetros objetivos e comparáveis entre municípios e ao longo do tempo. No entanto, sua efetividade como ferramenta indutora exige condições

adicionais. Entre elas, destacam-se a integração sistemática dos resultados aos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA), o fortalecimento da capacidade técnica das administrações municipais para interpretar e aplicar as informações produzidas e a institucionalização do uso do índice nos processos decisórios, de modo a evitar que permaneça restrito a relatórios de desempenho.

À luz da teoria dos múltiplos fluxos, de Kingdon, o IEGM revela-se especialmente eficaz em dar visibilidade a problemas e subsidiar soluções, mas sua influência depende da convergência com o fluxo político, que se mostra vulnerável a fatores como a descontinuidade administrativa e a instabilidade de prioridades entre gestões.

A contribuição deste artigo reside em evidenciar que a efetividade do IEGM não decorre apenas de sua concepção metodológica, mas da capacidade institucional e política de transformar diagnósticos em ação. O estudo, ao sistematizar essas condições e barreiras, oferece subsídios para o aprimoramento do índice e para sua utilização mais estratégica por gestores e órgãos de controle.

Reconhece-se, como limitação metodológica, o caráter exclusivamente documental da pesquisa, o que restringe a análise às informações disponíveis em manuais, relatórios e literatura acadêmica. Pesquisas futuras poderão aprofundar a compreensão do tema por meio de estudos de caso em municípios que utilizam sistematicamente os resultados do índice, análises comparativas entre estados e investigações empíricas sobre a percepção de gestores e conselheiros de políticas públicas quanto à utilidade do IEGM.

Conclui-se, portanto, que o índice possui potencial significativo para induzir políticas públicas, mas sua plena realização depende do fortalecimento de arranjos institucionais, técnicos e políticos capazes de transformar evidências em decisões concretas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, N. M. de; BEZERRA, A. C.; TEIXEIRA, R. A.; MOTOKI, F. Gestão municipal no Brasil: uma análise a partir do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, n. 3, p. 1-20, 2021.
- BRASIL; CAPELLA, A. C. N. Políticas públicas no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 721-745, maio/jun. 2014.
- INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). *Manual Nacional IEGM Brasil 2025*. Brasília: IRB, 2025.
- MIRANDA, F. de O.; MIRANDA, J. S. Relação entre investimentos e resultados do IEGM em municípios de pequeno porte. *Revista Controle*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 45-67, 2025.
- RODRIGUES, M. F. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal e sua relação com os pareceres prévios dos tribunais de contas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Governança*, v. 12, n. 2, p. 55-78, 2022.
- SILVA, W. J. C. e. Efetividade na gestão pública municipal: análise do IEGM e de sua contribuição para o controle social. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- PETERS, B. Guy. *American Public Policy: Promise and Performance*. 11. ed. Los Angeles: CQ Press, 2019.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE-MG). *Manual IEGM TCE-MG*. Belo Horizonte: TCE-MG, 2023.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal: uma análise do i-Fiscal em municípios piauienses do biênio 2020-2021*. Teresina: TCE-PI, 2022.



Data de submissão: julho de 2026

Data de aceite: setembro de 2026